



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050

Tel.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Ilmo. Sr.

Dr. Sydney Sanches

Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros

Indicação nº 22/2022

Ementa: Análise do inciso III, do artigo 44-B da Lei nº 2657/96, o qual declara nula a inscrição no cadastro de contribuintes, nos casos de inexistência de estabelecimento para o qual foi efetuada a inscrição ou indicação incorreta de sua localização, sem a observância do Devido Processo Legal.

Palavras-chave: Lei nº 2657/96. Inciso III, do artigo 44-B. Secretaria de Fazenda. Estado do Rio de Janeiro. Devido Processo Legal. Cancelamento de Inscrição Estadual.

Senhor Presidente,

Trata a presente indicação do estudo sobre inciso III, do artigo 44-B da Lei nº 2657/96, o qual declara nula, sem ouvir o contribuinte, a inscrição estadual, nos casos de inexistência de estabelecimento para o qual foi efetuada a inscrição ou indicação incorreta de sua localização, repita-se, sem observância ao Devido Processo Legal.

O cancelamento da inscrição de contribuinte, junto ao Estado do Rio de Janeiro, gera uma infinidade de problemas, incluindo o impedimento de emitir e ter contra si



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050

Tels.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

emitidas notas fiscais, esbarrando ainda na efetiva utilização do próprio Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

É importante ressaltar que, em linhas gerais e em tese, basta que a Secretaria de Fazenda tente e não consiga localizar um contribuinte no endereço informado no cadastro para que seja aplicado o referido dispositivo legal autorizando a declaração de nulidade da sua respectiva inscrição estadual, gerando todos os consectários negativos deste ato.

Devemos salientar que os tempos pandêmicos geraram, ainda que após a fase crítica, uma nova cultura de trabalho, em especial a grande adesão ao modelo *home office*, o que não significa dizer que um contribuinte tenha deixado de utilizar, definitivamente, o seu endereço comercial.

Com efeito, parece-nos que o fato de estarmos diante de um dispositivo legal que, possivelmente, afronte Princípios Constitucionais corolários do sagrado Direito de Defesa já seria, com todas as vênias de estilo, fundamento suficiente para provocar um minucioso estudo por parte deste Instituto.

Diante da exposição acima, proponho a esse e. plenário seja julgado pertinente o estudo da norma em evidência e, caso aprovado, que seja a presente Indicação encaminhada à Comissão de Direito Financeiro e Tributário, a fim de elabore o necessário parecer, conforme determinam o Estatuto e o Regimento Interno deste Instituto dos Advogados Brasileiros.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2022.

Adilson Rodrigues Pires



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050

Tel.: (21) 2240-3921/2240-3173

www.iabnacional.org.br

iab@iabnacional.org.br

Comissão de Direito Financeiro e Tributário